



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 10, n. 2, jul./dez. 2018

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 11.05.2018. Revisado por pares em: 27.05.2018. Reformulado em: 12.06.2018. Avaliado pelo sistema double blind review.

GASTOS SOCIAIS INTERNOS E O DESEMPENHO DAS EMPRESAS DO ISE

INTERNAL SOCIAL EXPENSES AND THE PERFORMANCE OF ISE COMPANIES

GASTOS SOCIALES INTERNOS Y EL DESEMPEÑO DE LAS EMPRESAS DEL ISE

Autores:

Francis Albino Zanelato

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo – UPF.

Endereço: Rua Capela Santa Catarina, s/n - Bairro: Interior - Cidade: Getúlio Vargas – RS –
Brasil. Telefone: (54) 98438-6343

Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6542235120092977>

E-mail: franciszanelato@hotmail.com

Tadeu Grandó

Doutorando em Ciências Contábeis (Unisinos).

Docente da Universidade de Passo Fundo – UPF – Brasil. Endereço: BR 285 - Km 292, Passo
Fundo/RS – Brasil. Telefone: (54) 99163-1744

Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4862442138387866>

E-mail: mtadeugrandó@bol.com.br

Vanessa de Quadros Martins

Doutoranda em Ciências Contábeis (Unisinos). Endereço: Avenida Dr. Nilo Peçanha, 1640,
Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, Brasil. CEP 91330-002. Telefone: (53) 99115-9246

Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8981045734411984>

E-mail: vanessa_qm@yahoo.com.br

Francisco Antônio Mesquita Zanini

Doutor en Contabilidad y Organización de Empres - Universidad Autónoma de Madrid.

Docente na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Endereço: Avenida Dr. Nilo Peçanha,
1640, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, Brasil, CEP 91330-002. Telefone: (51) 3591-1122
ramal 3955

Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2552134036867664>

E-mail: fzanini@unisinos.br

RESUMO

Segundo a teoria dos *stockholders*, as empresas devem gerar o maior valor para seus acionistas. Por outro lado, a teoria dos *stakeholders*, aliada à responsabilidade social corporativa, pressupõe que a gestão empresarial deve destinar recursos para seus *stakeholders*, como forma estratégica de eficiência e maximização do resultado empresarial. Tendo em vista o choque destes pressupostos, o objetivo foi verificar se os gastos sociais internos, evidenciados conforme a NBC T 15, afetam o desempenho das empresas do ISE. A amostra contemplou 22 empresas que participaram do Índice de Sustentabilidade Empresarial no período de 2010 a 2015, totalizando 102 observações. Metodologicamente, utilizou-se regressão por mínimos quadrados ordinários, com dados em painel com efeitos aleatórios. Os principais resultados indicaram não haver relação estatística entre os gastos sociais internos, seja de forma direta ou indireta, e o desempenho operacional das empresas, mensurado pelo ROA. Deste modo, os resultados obtidos estão em convergência com os pressupostos da teoria do *stockholders*, no qual a premissa central é a maximização do valor da empresa para o acionista. Com isso, o pagamento de benefícios aos colaboradores acima dos parâmetros legais não são aconselháveis à gestão, pois não influenciam o desempenho das empresas. Deste modo, os resultados deste trabalho contribuem para a área de contabilidade e gestão das empresas nas decisões e na estratégia adequada para alocação de recursos, seja de forma direta ou indireta para seus colaboradores.

Palavras-chave: Teoria dos *stakeholders*. Teoria dos *stockholders*. Gastos Sociais Internos. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T 15). Desempenho.

ABSTRACT

According to the stockholders theory, companies should generate the greatest value for their shareholders. On the other hand, stakeholder theory, coupled with corporate social responsibility, presupposes that business management must allocate resources to its stakeholders, as a strategic form of efficiency and maximization of business results. Considering the shock of these assumptions, the objective was to verify if the internal social expenses, evidenced according to NBC T 15, affect the performance of ISE companies. The sample included 22 companies that participated in the Corporate Sustainability Index between 2010 and 2015, totaling 102 observations. Methodologically, we used ordinary least squares regression, with panel data with random effects. The main results indicated that there is no statistical relationship between the internal social expenses, either directly or indirectly, and the operational performance of the companies, as measured by ROA. Thus, the results obtained are in convergence with the assumptions of the stockholders theory, in which the central premise is the maximization of the value of the company to the shareholder. With this, the payment of benefits to employees above legal parameters are not advisable to management, as they do not influence the performance of companies. Thus, the results of this work contribute to the area of accounting and management of the companies in the decisions and the appropriate strategy for allocation of resources, either directly or indirectly to its employees.

Keywords: Stakeholder Theory. Stockholder Theory. Internal Social Expenses. Brazilian Standard of Technical Accounting 15 (NBC T 15). Performance.

RESUMEN

Según la teoría de los stocks, las empresas deben generar el mayor valor para sus accionistas. Por otro lado, la teoría de los stakeholders, aliada a la responsabilidad social corporativa, presupone que la gestión empresarial debe destinar recursos a sus stakeholders, como forma estratégica de eficiencia y maximización del resultado empresarial. En vista del choque de estos presupuestos, el objetivo fue verificar si los gastos sociales internos, evidenciados conforme a

la NBC T 15, afectan el desempeño de las empresas del ISE. La muestra contempló 22 empresas que participaron del Índice de Sustentabilidad Empresarial en el período de 2010 a 2015, totalizando 102 observaciones. Metodológicamente, se utilizó regresión por mínimos cuadrados ordinarios, con datos en panel con efectos aleatorios. Los principales resultados indicaron no haber relación estadística entre los gastos sociales internos, ya sea de forma directa o indirecta, y el desempeño operacional de las empresas, medido por el ROA. De este modo, los resultados obtenidos están en convergencia con los presupuestos de la teoría de los stocks, en el cual la premisa central es la maximización del valor de la empresa para el accionista. Con ello, el pago de beneficios a los colaboradores por encima de los parámetros legales no son aconsejables a la gestión, pues no influyen el desempeño de las empresas. De este modo, los resultados de este trabajo contribuyen al área de contabilidad y gestión de las empresas en las decisiones y en la estrategia adecuada para la asignación de recursos, ya sea de forma directa o indirecta para sus colaboradores.

Palabras clave: Teoría de los stakeholders. Teoría de los stocks. Gastos Sociales Internos. Norma Brasileña de Contabilidad Técnica 15 (NBC T 15). Rendimiento.

1 INTRODUÇÃO

O papel das organizações tem sido tema de debate no meio acadêmico, o qual ocorre por meio de concepções distintas (CESAR; SILVA Jr., 2008). Uma delas é a da teoria dos *stockholders*, que segundo Friedman (1962), as organizações atuam para maximizar valor para o acionista, sem preocupações com outros atores e com Responsabilidade Social. Já a teoria dos *stakeholders*, outra forma de concepção, defende que as organizações se apresentam para satisfazer a demanda de um grupo maior, com foco também na sociedade, contemplando outros atores, como: os fornecedores, clientes, funcionários e a comunidade local (FREEMAN, 1984).

Em uma economia livre, as empresas devem atuar observando as leis do Estado, tendo como principal responsabilidade a geração do maior volume possível de resultados para os seus acionistas, ou seja, a empresa deve existir para gerar valor para as partes detentoras do seu capital (FRIEDMAN, 2014). Por outro lado, Freeman (2010) alega que a gestão empresarial deve destinar recursos organizacionais para seus *stakeholders*, como forma estratégica de eficiência e maximização do resultado empresarial, pois o resultado final da atividade empresarial precisa contemplar não somente os acionistas, mas também todos os grupos de interesse envolvidos com a empresa, que de acordo com Clarkson (1995), são os empregados, clientes, fornecedores e toda a sociedade.

Aliado à ideia de Freeman (2010) e conforme López, Garcia e Rodriguez (2007), a filosofia de sustentabilidade e da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) descarta os ideais da teoria econômica clássica dos *stockholders*, e se alia à teoria dos *stakeholders*, propondo-se a desenvolver estratégias corporativas cujas metas vão além da maximização dos ganhos dos acionistas, integrando a satisfação de todos, uma vez que o sucesso da empresa provém dessa satisfação.

A partir de 2005, em uma iniciativa inovadora, a Bolsa de Valores Brasileira (B3) passou a avaliar a Responsabilidade Social Corporativa das empresas e criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O Índice congrega as empresas que seguem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial e tem dentre seus objetivos, o de colaborar com os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis (B3, 2016).

O foco deste estudo constitui-se na necessidade de ações pautadas pela filosofia da Responsabilidade Social Corporativa que levem em conta o grupo de empregados e administradores da empresa, já que esse grupo demanda da empresa contínuos investimentos em remuneração, gastos diretos e indiretos que proporcionem melhores condições sociais, como por exemplo, gastos com educação, previdência privada, remuneração direta, auxílio

transporte, auxílio creche e participação nos lucros, dentre outros.

Diante deste cenário, na qual a divulgação das ações de Responsabilidade Social realizada pelas corporações, como a aplicação de recursos para empregados e administradores vem se tornando relevante, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) sancionou a NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica), a qual trata de informações de Natureza Social e Ambiental. Uma das orientações da NBC T 15 determina os procedimentos para a evidenciação de informações referentes aos recursos humanos da empresa. Estas informações apresentam dados relacionados à remuneração direta e indireta, e auxílios financeiros disponibilizados aos empregados e administradores.

Para Machado e Machado (2011), há um impacto positivo da Responsabilidade Social no desempenho financeiro das empresas, no que tange aos indicadores internos e externos. Orellano e Quiota (2011) evidenciam uma correlação positiva entre investimento socioambiental e desempenho financeiro, principalmente o investimento social interno. Taiarol, Raimundini e Behr (2015) evidenciam que os gastos com indicadores sociais internos é um dos fatores que colaboram para gerar riqueza, além de receita operacional líquida nas empresas.

Entretanto, para Vergini *et al.* (2015) o investimento social interno impacta de forma negativa no desempenho econômico-financeiro das empresas - os autores sugerem que as empresas com altos investimentos em colaboradores podem possuir uma baixa eficiência em gerar lucros a partir de seus ativos (ROA).

Neste contexto, fundamentando-se na teoria dos *stakeholders* e dos *stockholders*, bem como na divergência empírica dos estudos citados, é delimitado o problema desta pesquisa: **Há relação entre os gastos sociais internos e o desempenho de empresas do ISE?** Objetivamente pretende-se analisar se os gastos sociais internos, evidenciados conforme a NBC 15, afetam o desempenho de empresas do ISE.

Esse estudo justifica-se, pois no Brasil existem poucos estudos relacionados aos indicadores sociais internos da NBC T 15 com o desempenho das empresas. A maior parte dos estudos existentes evidenciou uma relação positiva entre os gastos sociais internos e o desempenho (TAIAROL; RAIMUNDI; BEHR, 2011; MACHADO; MACHADO, 2011).

Essa pesquisa se diferencia dos estudos citados, pois pretende-se avaliar além da relação dos gastos totais com indicadores sociais internos, os gastos segregados em diretos e indiretos, desse modo, fornecendo informações detalhadas de qual tipo de gasto social interno conforme a NBC T 15 traz maiores retornos para a empresa.

Além disso, justifica-se esse estudo, pois, como visto existem correntes teóricas divergentes em relação ao problema central dessa pesquisa. Com isso, a importância desse estudo está em sinalizar qual corrente teórica se aplica no ambiente brasileiro.

Esse estudo visa contribuir com o entendimento da relação entre os gastos sociais internos e o desempenho das empresas; adicionalmente, pretende-se evidenciar essa relação por item referenciado na norma e através dos gastos diretos e indiretos, a fim de relacionar detalhadamente o efeito dos gastos com os indicadores sociais internos no desempenho das empresas, fornecendo informações relevantes em relação à alocação dos recursos nos indicadores sociais internos e seus retornos aos gestores.

Na sequência, realiza-se uma revisão teórica e empírica da temática relacionada ao estudo realizado. São abordados aspectos da Teoria dos *Stockholders* e (des)convergência a Teoria dos *Stakeholders*; Teoria dos *Stakeholders* e a Responsabilidade Social Corporativa; Evidenciação Socioambiental e a NBC T 15; Trabalhos Anteriores Sobre o Tema e Desenvolvimento das Hipóteses da Pesquisa. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos e resultados e discussões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 (DES)CONVERGÊNCIA ENTRE A TEORIA DOS *STOCKHOLDERS* E A TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

A teoria dos *stockholders* teve início com Friedman por volta de 1962 em seu artigo “*Capitalism and freedom*”, que defende que a empresa deve possuir um único objetivo: o desempenho financeiro e econômico. De acordo com essa teoria, a empresa deve servir primordialmente aos interesses da maximização do lucro para os acionistas de capital, restringindo-se à atividade empresarial. E, por isso, os objetivos dos *stakeholders* é um subproduto que deve ser atendido no mínimo grau possível, de acordo com os parâmetros da legislação (KALER, 2003).

Freeman e Evan (1990) afirmam que a teoria dos *stockholders* encoraja os gestores a tratar os *stakeholders* como um meio pelo qual os acionistas atingem a maximização dos resultados. Os mesmos autores alertam que a busca pela maximização do lucro do acionista não deve tornar-se um dilema moral, e que os gestores devem utilizar-se de seus valores éticos e morais ao decidir se devem ou não fechar uma fábrica e despedir trabalhadores, a fim de economizar custos de produção, por exemplo.

Do lado oposto da teoria dos *stockholders*, surgiu a teoria dos *stakeholders*, que teve início com Freeman (1984) e possui origens na sociologia, no comportamento organizacional e na administração de conflitos. Para a teoria dos *stakeholders*, além de maximizar o lucro dos acionistas, a empresa deve promover uma melhoria social para todas as partes interessadas.

Freeman (1984) define *stakeholders* como qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar a obtenção dos objetivos organizacionais ou que é afetado pelo processo de busca destes objetivos, os quais possuem direito legitimado sobre a organização. O termo *stakeholder* foi utilizado pela primeira vez em um memorando interno do Instituto de Pesquisa de Stanford, em 1963. A intenção do uso desse termo era designar todos os grupos sem os quais a empresa deixaria de existir (FREEMAN; MCVEA, 2000).

A teoria dos *stakeholders* tem por objetivo equilibrar a maximização do lucro da empresa a longo prazo. Essa teoria pode ser mal interpretada, pois argumenta-se que a teoria não enfatiza o lucro. Porém, o objetivo é a preocupação da continuidade de existência da empresa, que deve ser alcançada equilibrando-se os interesses de todos os *stakeholders*, incluindo os acionistas, cujos interesses são geralmente obtidos por meio de lucros (SMITH, 2003).

Em suma, a teoria dos *stockholders* nega que as empresas possuem responsabilidades para com os não acionistas de capital, e pressupõe que a empresa deve apenas seguir a legislação nesse âmbito. Entretanto, a teoria dos *stakeholders* afirma que essa responsabilidade existe e que faz parte da Responsabilidade Social Corporativa - RSC - das empresas.

2.2 TEORIA DOS *STAKEHOLDERS* E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A teoria dos *stakeholders* propõe que a administração de uma empresa, atinja seus objetivos e atuação ao longo do tempo, através do equilíbrio dos interesses, seja das partes detentoras de capital e dos demais públicos envolvidos nas operações, como os funcionários e administradores. Quando isso ocorre, há a harmonização das atividades empresariais, pois, a parte produtiva (funcionários) é considerada, e valorizada, ocasionando maior produtividade, e, a parte investidora (acionistas) se beneficiará dos resultados alcançados.

Philips, Freeman e Wicks (2003, p. 480) salientam que a teoria dos *stakeholders* “é uma teoria de gestão organizacional e ética”. Esse entendimento, na verdade, pode ser considerado

como uma das bases da RSC, ressaltando a aproximação existente entre economia e ética. As organizações devem considerar os interesses de todos os *stakeholders*, estando em equilíbrio com eles, para que haja um ambiente próspero (PHILIPS; FREEMAN; WICKS, 2003).

Para Freeman (1984), os *stakeholders* são grupos que têm direito legitimado sobre a organização. Nessa ótica, portanto, a Responsabilidade Social Corporativa dos gestores empresariais deve ser voltada a esses grupos que compõem as partes interessadas na organização.

Bertoncello e Chang Junior (2007) argumentam que a Responsabilidade Social Corporativa das empresas é um tema atual e, nos últimos anos, vem sendo consolidada a crença de que as empresas devem assumir um papel mais amplo perante a sociedade, que não somente o de maximização de lucro e criação de riqueza. Estas características convergem aos pensamentos da teoria dos *stakeholders*.

O conceito de Responsabilidade Social Corporativa parte do princípio de que a atividade empresarial contempla compromissos com toda a cadeia produtiva da empresa, como, por exemplo: clientes, funcionários, administradores e fornecedores, bem como as comunidades, o ambiente e a sociedade. Essa concepção se relaciona com a teoria dos *stakeholders* - os indivíduos ou grupos que dependem da organização para alcançar suas metas e dos quais a empresa depende para funcionar (SHOMMER; ROCHA; FISCHER, 1999; SHOMMER, 2000).

Tendo como premissa a relação ética e transparente da Responsabilidade Social Corporativa, a Bolsa de Valores – B3, no ano de 2005, criou um índice que reúne aquelas empresas que atendem a um determinado conjunto de requisitos de sustentabilidade, chamado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social, RSC e governança corporativa.

Atendendo às exigências de maior transparência e respondendo aos anseios do mercado de capitais, investidores e da sociedade, a norma legal também sofreu mudanças e adaptações, com a criação da NBC T 15. Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a Responsabilidade Social Corporativa das empresas.

2.3 EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E A NBC T 15

A evidenciação consiste em tornar claro algo, demonstrá-lo de forma que não ofereça dúvida. Portanto, evidenciação contábil refere-se às informações que a empresa torna disponíveis por meio das demonstrações e relatórios contábeis (COSTA; MARION, 2007). A evidenciação socioambiental, por sua vez, consiste na divulgação de relatórios sobre as práticas socioambientais das empresas aos *stakeholders*. Em nível nacional, organizações não governamentais, como o Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico (IBASE), estabelecem orientações sobre a evidenciação de informações socioambientais (DIAS et al., 2014).

Conforme Silva Neto (2014), a evidenciação dos indicadores socioambientais revela a natureza e o montante dos recursos destinados às ações de responsabilidade socioambiental, interna e externa, expondo o grau de sustentabilidade das empresas.

A evidenciação contábil tem como objetivo “divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os *stakeholders*, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosos” (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 256). O objetivo principal da contabilidade consiste em prover informações úteis aos seus usuários e é atingido mediante a divulgação

(*disclosure*) das demonstrações contábeis aos usuários externos (IUDÍCIBUS, 2010). O *disclosure* das informações, segundo Fontana (2011), pode ocorrer sob o formato de evidenciação obrigatória ou evidenciação voluntária.

Esta pesquisa se concentrará no *disclosure* voluntário, que compreende as informações contidas nos relatórios anuais, além daquelas exigidas legalmente, ou seja, informações disponibilizadas pelas empresas por vontade própria, para melhor informar aos *stakeholders* (KLANN; BEUREN, 2011), principalmente as sociais e ambientais.

São inúmeras as formas de evidenciar voluntariamente as informações socioambientais que servem de base para os *stakeholders*. Os relatórios de sustentabilidade ou anuais são fontes de indicadores sociais e ambientais. No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica), que dispõe sobre as Informações de Natureza Social e Ambiental. A NBC T 15 passou a vigorar em 1º de janeiro de 2006 de forma não compulsória, sendo que o CFC recomendou a sua adoção voluntária antecipadamente. A NBC T 15 não se aplica de forma compulsória às entidades, pois não se apresenta na forma de lei. Entretanto, o profissional legalmente habilitado no exercício da função contábil deve preocupar-se com o atendimento da norma, uma vez que ela foi aprovada pela Resolução 1.003/2004 do CFC, fazendo-se necessária a sua observação pelo contador.

Conforme Carvalho e Silveira (2007), medir o grau de Responsabilidade Social de uma empresa é algo difícil, pois, utiliza-se uma medida relativa. Desta forma, Silveira et al. (2011) reiteram que a NBC T 15, veio para facilitar essa medida, estabelecendo os aspectos necessários a serem evidenciados pelas empresas. A divulgação de informações verídicas pelas empresas, de suas ações sociais, torna-se um diferencial competitivo, transmitindo segurança e incentivando investimentos com menor grau de risco e probabilidade de maior valorização, favorecendo a permanência e sobrevivência no mercado (BEUREN et al. 2010).

O objetivo desta pesquisa delimita-se ao item I - indicadores sociais internos. No quadro 1 são apresentados os itens que compõem esse grupo.

Quadro 1 - Indicadores Sociais Internos

Norma	Parâmetro
RH 1.1	Remuneração bruta segregada por empregados
RH 1.2	Remuneração bruta segregada por administradores
RH 1.3	Remuneração bruta segregada por terceirizados
RH 1.4	Remuneração bruta segregada por autônomos
RH 1	Gastos com encargos sociais
RH 2	Gastos com alimentação
RH 3	Gastos com transporte
RH 4	Gastos com previdência privada
RH 5	Gastos com saúde
RH 6	Gastos com segurança e medicina do trabalho
RH 7	Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)
RH 8	Gastos com cultura
RH 9	Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional
RH 10	Gastos com creches ou auxílio-creche
RH 11	Remuneração por participações nos lucros ou resultados

Fonte: Elaborado pelos autores.

2.4 TRABALHOS ANTERIORES SOBRE O TEMA

Nesta seção, apresentam-se as pesquisas desenvolvidas relacionando a Responsabilidade Social Corporativa, os indicadores sociais internos e o desempenho das empresas.

Laan, Ees e Witteloostuijn (2008) avaliaram o efeito da heterogeneidade entre os *stakeholders* na relação entre desempenho financeiro e social de 734 empresas americanas, durante o período de 1997 a 2002. Para tanto, os autores separam os *stakeholders* em dois grupos, denominados de primários e secundários. Os primários são formados por empregados, consumidores e investidores. Os secundários por comunidade, diversidade, meio ambiente e direitos humanos. Como principais resultados, em relação ao grupo primário, observou-se uma relação positiva entre desempenho financeiro e social, no grupo secundário não se observou nenhuma relação.

Orellano e Quiota (2011) investigaram a relação entre os investimentos socioambientais e o desempenho financeiro de empresas brasileiras, compreendendo aquelas que publicaram seus balanços sociais no período de 2001 a 2007. Os resultados revelam uma correlação positiva entre investimento socioambiental e desempenho financeiro (ROA), sobretudo no grupo investimento social interno.

Lima *et al.* (2013) efetuaram um estudo tendo como objetivo investigar o impacto dos investimentos socioambientais no desempenho financeiro das companhias, representados pelos indicadores econômico-financeiros (ROA, ROE, ROM, ROS, lucro líquido, EBITDA e receita líquida). Os resultados apontaram que os investimentos socioambientais internos influenciam positivamente os indicadores econômico-financeiros Lucro Líquido, EBITDA e Receita Líquida.

Taiarol, Raimundini e Behr (2015) verificaram se os investimentos sociais internos contribuem para o aumento da receita líquida e do valor adicionado das organizações bancárias brasileiras, no período de 2000 a 2009. Os resultados demonstram que os gastos com indicadores sociais internos contribuem para o aumento da riqueza gerada e para o aumento da receita líquida nas empresas. A principal conclusão dos autores é que os gastos com pessoal é um dos elementos importantes que geram eficiência nas empresas.

Bernardo *et al.* (2005) avaliaram a influência dos investimentos em Responsabilidade Social na Receita Líquida. Utilizando regressão múltipla, constataram existir relação positiva entre os indicadores internos, externos e ambientais com a Receita Líquida das empresas.

Cesar e Silva Júnior (2008) analisaram a relação entre performances social, ambiental e financeira. Concluíram que há uma relação positiva e estatisticamente significativa dos indicadores sociais internos e externos com os indicadores de desempenho (ROE/ROA).

Os resultados de Machado e Machado (2011) evidenciaram um impacto positivo da Responsabilidade Social no desempenho das empresas, especialmente no que tange aos indicadores sociais internos, que apresentaram associação positiva com o desempenho e significância estatística em todos os modelos apresentados pelos autores.

2.5 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES DA PESQUISA

Considerando os resultados de trabalhos expostos na seção anterior, e fundamentando-se na teoria dos *stakeholders*, da RSC e do pressuposto que as empresas que investem maiores recursos nos gastos sociais internos relacionados conforme a norma NBC T 15 possuem melhores índices de retenção, mantêm os funcionários mais motivados, preparados, comprometidos, e com isso possuem desempenho superior, são delimitadas as hipóteses desta pesquisa:

H₁ - Os gastos totais com os indicadores sociais internos para funcionários e administradores possuem relação positiva com o desempenho das empresas brasileiras do ISE.

H₂ - Os gastos diretos com os funcionários e administradores possuem relação positiva com o desempenho das empresas brasileiras do ISE.

H₃ - Os gastos indiretos com os funcionários e administradores possuem relação positiva com o desempenho das empresas brasileiras do ISE.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desta seção é apresentar os procedimentos metodológicos, onde se abordam a definição e delineamento da amostra, plano de coleta e tratamento de dados, as definições e mensurações das variáveis operacionais do trabalho e dos procedimentos econométricos, bem como a definição dos modelos para a análise dos dados desta pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa realizada é descritiva, documental e quantitativa. Neste trabalho, os dados documentados são os gastos sociais internos com funcionários e administradores, divulgados nos relatórios de sustentabilidade das empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Brasil, Bolsa e Balcão – B3, estando estes disponíveis nas páginas eletrônicas das respectivas empresas.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo é formada pelas empresas que se mantiveram no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) nos anos de 2010 a 2015. Um requisito importante para a coleta de dados da empresa é a divulgação de dados nos relatórios de sustentabilidade que evidenciem os gastos sociais internos, apresentados de acordo com a NBC T 15.

Conforme os dados dos seis anos apresentados nos relatórios de sustentabilidade, a população da pesquisa é composta por 25 empresas e 122 observações. Foram excluídas as observações das empresas em que não existiam informações disponíveis na Economática® e nos relatórios de sustentabilidade, sendo excluídas, portanto, 20 observações e 3 empresas.

Com isso, o número final da amostra é de 22 empresas, totalizando 102 observações. Evidencia-se na Tabela 1 a distribuição das observações por ano.

Tabela 1 - Dados da Amostra

Ano	Nº de observações por Ano	Participação no total da Amostra
2010	16	15,69%
2011	18	17,65%
2012	19	18,63%
2013	19	18,63%
2014	20	19,61%
2015	10	9,80%
Total	102	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.3 PLANO DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a realização deste estudo foram utilizadas as informações que evidenciam os gastos sociais internos conforme parâmetros da NBC T 15 disponíveis nos relatórios de sustentabilidade, obtidos nas páginas eletrônicas das empresas.

Para a coleta dos dados da 1ª etapa da pesquisa foram acessados os sites das empresas e localizados os relatórios de sustentabilidade para a busca de informações dos gastos sociais conforme a NBC T 15. Na 2ª etapa, foi realizada a coleta de dados dos indicadores de gastos sociais internos e tabulados no *software* Excel. Na 3ª etapa, foram somados os gastos sociais internos individualmente, por empresa da amostra, criando-se a variável IND_SI, que representa os gastos sociais internos totais da empresa.

Na 4ª etapa, separaram-se os 15 indicadores da NBC T 15 em dois grupos: i) gastos diretos, que compreendem a remuneração bruta e a remuneração por participação nos lucros, cujos totais formaram a IND_DIR, e ii) gastos indiretos, que compreendem todos os outros gastos com funcionários, com exceção da remuneração direta, ou seja, a IND_IND, ou a soma dos gastos sociais indiretos. Por fim, foram coletados na Economática® os dados: TAE - caracteriza o tamanho da empresa, mensurado pelo Ativo total; AL - representa a alavancagem/endividamento; MB (*Market to book*) métrica de valor composta pela razão entre Valor de Mercado e Patrimônio Líquido, e Setor em que cada empresa atua.

3.4 DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS VARIÁVEIS

A opção pela variável dependente de desempenho ROA tem como parâmetro os estudos de Cesar e Silva Júnior (2008), Orellano e Quiotta (2011) e Vergini et al. (2015). O ROA calcula o retorno que os ativos proporcionam para a empresa em lucros, por meio da sua utilização em determinado investimento.

Em relação às variáveis independentes deste estudo, utilizam-se as partes referidas na NBC T 15. Destas partes serão criadas três classes. A 1ª classe é o logaritmo natural da soma de todos os gastos sociais internos de cada empresa. A 2ª e 3ª classes consistem no logaritmo natural da soma dos gastos sociais internos, separados em diretos e indiretos.

A separação dos gastos em diretos e indiretos considera os dados da NBC T 15. Os gastos diretos, quando não segregados nos relatórios de sustentabilidade em remuneração dos empregados e administradores, como indica a norma, compreendem a folha de pagamento bruta mais a remuneração por participação nos lucros. Já os gastos indiretos consistem na soma de todos os outros gastos com os funcionários, excluindo-se a remuneração direta.

A definição das variáveis de controle foi feita tomando-se como referência os trabalhos de Cesar e Silva Júnior (2008); Taiarol, Raimundi e Behr (2011) e Machado e Machado (2011). Todos os dados das variáveis referem-se ao fechamento do período anual. No Quadro 2 evidencia-se as classificações e descrição das variáveis.

Quadro 2 - Definição das Variáveis

Variável	Classificação	Fórmula/Descrição	Explicações da Métrica
ROA	Variável Dependente	$ROA = \text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}$	Retorno sobre o Ativo
IND_SI	Variável Independente	Logaritmo da soma dos gastos sociais internos conforme especificado na Norma NBC T-15	Total dos gastos sociais internos logaritimizados
IND_DIR		Logaritmo da soma dos gastos sociais internos diretos conforme especificado na Norma NBC T-15	Total dos gastos sociais internos diretos logaritimizados
IND_IND		Logaritmo da soma dos gastos sociais internos indiretos conforme especificado na Norma NBC T-15	Total dos gastos sociais internos indiretos logaritimizados
Tamanho (TAE)	Variável de Controle	$\text{Log}(\text{Ativo})$	Tamanho da empresa
Nº de funcionários NF		$\text{Log}(\text{n}^\circ \text{ de funcionários})$	Controle do número de funcionários da empresa
Endividamento (AL)		Debêntures e Financiamento de Curto e Longo Prazo/Ativo	Endividamento Financeiro total
MB		$\text{Market to book} = \text{Valor de Mercado} / \text{PL}$	Métrica de valor
SETOR		Segmento classificado conforme Economatica®	Variável <i>Dummy</i> para cada setor da amostra
Ano da Observação (Ano)		Ano em que as observações foram coletadas, de 2010 até 2015	Ano das observações, variável <i>Dummy</i> para cada ano

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.5 PROCEDIMENTOS ECONÔMETRICOS E DEFINIÇÃO DO MODELO E DAS VARIÁVEIS DE ANÁLISE

Aplicou-se o teste de Matriz de Correlação de Pearson e o teste de *Variance Inflation Factors* – VIF. O teste de correlação de Pearson justifica-se, pois, a utilização de duas variáveis independentes ou de controle com o mesmo comportamento (colinearidade) prejudicaria os estimadores (betas) do modelo. O teste foi aplicado em todas as variáveis apresentadas no Quadro 2.

No teste VIF, foram efetuadas regressões conforme o modelo original, considerando as variáveis do Quadro 2 e aplicado o teste para multicolinearidade; esta ocorre quando uma variável independente é explicada (correlacionada) por outras duas ou mais variáveis independentes juntas. Conforme Baum (2006), valores de VIF acima de 10 evidenciam indícios de multicolinearidade.

Perante os resultados do primeiro e do segundo testes realizados com a equação Modelo 1, foram detectados problemas de colinearidade, a variável IND_SI e NF apresentaram colinearidade superior a 0,60. Porém, no teste de multicolinearidade, a variável IND_SI apresentou VIF de 2,48 e a variável NF apresentou VIF de 2,57, contribuindo com a manutenção das variáveis por apresentarem valores inferiores a 10. Com isso, após realizar a regressão linear múltipla, decidiu-se pela permanência das variáveis destacadas acima.

Na equação do Modelo 2, também houve variáveis que apresentaram problemas de colinearidade: as variáveis IND_DIR, IND_IND e NF apresentaram colinearidade acima de 0,60. No entanto, no teste de multicolinearidade, o VIF da variável IND_DIR foi 4,84, a variável IND_IND teve VIF de 5,08 e, por sua vez, a variável NF apresentou VIF de 3,21. Desta forma, devido as variáveis apresentarem VIF abaixo de 10, elas foram mantidas no modelo.

Em virtude da característica dos dados, optou-se por trabalhar com regressão linear múltipla, pelo método dos mínimos quadrados ordinários com dados em painel. O painel dos dados é não balanceado, pelo fato de algumas das companhias não estarem presentes em toda a série temporal, ou não apresentarem todos os dados em cada ano avaliado. Utilizou-se para a operacionalização o *software Eviews7*.

O teste de Hausman indicou a utilização de efeitos aleatórios. Após a verificação destas condições, aplicou-se a técnica de regressão linear múltipla, pelo método dos mínimos quadrados ordinários com dados em painel com efeitos aleatórios. O modelo 1 apresentou heterocedasticidade. Utilizou-se a matriz de correlação *White period* (robusta na presença de heterocedasticidade para tratamento do modelo 1).

Constatou-se a autocorrelação por meio do teste de *Breusch-Goodfrey*. A tentativa de estimar por quase diferenças para corrigir o problema de autocorrelação piorou os resultados da estimação. No modelo final, o teste de *Durbin Watson* ficou marginalmente na zona de indefinição; os resultados são descritos na tabela dos modelos. Salienta-se que os erros dos modelos não são distribuídos normalmente. No Quadro 3, apresentam-se os modelos finais que foram aplicados na pesquisa.

Quadro 3 - Modelo Aplicado para Teste das hipóteses da Pesquisa

Modelo	Equação	Hipótese
1	$ROA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1(IND_SI)_{i,t} + \beta_2(TAE)_{i,t} + \beta_3(NF)_{i,t} + \beta_4(AL)_{i,t} + \beta_5(MB)_{i,t} + \beta_6(Setor)_{i,t} + \beta_7(Ano)_{i,t} + \alpha_i + erro_{i,t}$	1
2	$ROA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1(IND_DIR)_{i,t} + \beta_2(IND_IND)_{i,t} + \beta_3(TAE)_{i,t} + \beta_4(NF)_{i,t} + \beta_5(AL)_{i,t} + \beta_6(MB)_{i,t} + \beta_7(Setor)_{i,t} + \beta_8(Ano)_{i,t} + \alpha_i + erro_{i,t}$	2 e 3

Fonte: Elaborado pelos autores.

As variáveis são: Retorno sobre os ativos – (ROA); Logaritmo da soma dos gastos sociais internos conforme especificado na Norma NBC T 15 – IND_SI; Tamanho da Empresa – TAE; Número de funcionários – NF; Alavancagem Financeira – AL; Market to Book – MB; Setor de atuação – Setor; Ano da informação – Ano; Logaritmo da soma dos gastos sociais internos diretos conforme especificado na Norma NBC T 15 – IND_DIR; Logaritmo da soma dos gastos sociais internos indiretos conforme especificado na Norma NBC T 15 – IND_IND. A informação *i* representa a empresa e o *t* é o tempo para cada informação.

Quadro 4 – Sinal esperado para as variáveis independentes

Hipóteses	Variável	Sinal Esperado
H1	IND_S	$\beta > 0$
H2	IND_DIR	$\beta > 0$
H3	IND_SI	$\beta > 0$

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentam-se os resultados das estatísticas descritivas das variáveis utilizadas pela pesquisa, além dos resultados obtidos por meio da regressão e suas respectivas análises.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Inicialmente, efetuou-se a análise descritiva da variável dependente, das independentes, e das variáveis de controle do estudo, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Análises descritivas das Variáveis do Estudo

Classificação Variável	Variável	Tipo de Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Jarque-Bera	Prob.
Dependente	ROA	Contínua	0,043	0,041	0,146	-0,097	0,038	9.140	0.010
Independente	IND_SI	Contínua	15,527	14,190	23,358	11,588	3,591	29.922	0.000
Independente	IND_DIR	Contínua	14,916	13,653	23,164	10,224	3,568	39.776	0.000
Independente	IND_IND	Contínua	14,027	13,085	22,480	10,218	3,226	50.727	0.000
Controle	Tamanho (TAE)	Contínua	17,199	16,797	21,086	15,025	1,407	50.026	0.000
Controle	Nº. de Funcionários NF	Contínua	9,136	9,198	11,672	5,746	1,462	1.017	0.601
Controle	Endividamento (AL)	Contínua	0,156	0,144	0,511	0,005	0,117	6.577	0.037
Controle	MB	Contínua	1,594	1,399	4,882	0,144	1,074	28.829	0.000

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a Tabela 2, a variável dependente ROA obteve a média de 0,043, e mediana de 0,041, indicando que maioria das empresas possui o retorno sobre os ativos abaixo da média geral. Em relação ao desvio-padrão, esse apresentou 0,038, demonstrando que a dispersão do ROA individual das empresas em relação à média é baixa. A empresa Eletropaulo sustenta o indicador máximo de 0,146 no ano de 2011, e a empresa Eletrobrás o indicador mínimo de -0,097 no ano de 2015.

A variável independente IND_SI, a qual resultou da soma de todos os gastos sociais internos, sendo expressa em *log*, função que retorna o logaritmo natural de um número em uma respectiva base, apresentou a média de 15,527, e mediana de 14,190, demonstrando que a maioria das empresas possui gastos sociais internos abaixo da média geral. Quanto ao desvio-padrão, este foi de 3,591, indicando que a dispersão do IND_SI individual das empresas em relação à média é baixa. A empresa Bradesco sustenta o indicador máximo de 23,358 no ano de 2015, e a Empresa AES Tietê, o indicador mínimo de 11,588 no ano de 2011.

Por sua vez, a variável independente IND_DIR, que representa todos os gastos sociais internos diretos, expressa também em *log*, atingiu a média de 14,916 e mediana de 13,653, apontando que a maioria das empresas possui gastos sociais diretos abaixo da média geral. O desvio-padrão foi de 3,568, mostrando que a dispersão do IND_DIR individual das empresas em relação à média é baixo. O indicador máximo de 23,164 foi sustentado pela empresa Banco do Brasil no ano de 2015, e o indicador mínimo foi de 10,224, sustentado pela empresa Energias Br/EDP no ano de 2012.

Cabe salientar, ainda, os resultados obtidos para a variável independente IND_IND, que caracteriza todos os gastos sociais internos indiretos evidenciados em *log*. A variável IND_IND, atingiu a média de 14,027 e mediana de 13,085, indicando que a maioria das empresas possui gastos sociais indiretos abaixo da média geral. O desvio-padrão foi de 3,226, evidenciando que a dispersão do IND_IND individual das empresas em relação à média é baixa. O indicador máximo de 22,480 foi sustentado pela empresa Bradesco, no ano de 2015, e o indicador mínimo de 10,218 foi sustentado pela empresa AES Tietê, no ano de 2014

Em sequência, a variável TAE, a qual evidencia o tamanho da empresa, explícita em *log*, apresentou média de 17,199, e mediana de 16,797, demonstrando que a maioria das empresas possui tamanho abaixo da média geral. O desvio-padrão foi de 1,407, indicando que a dispersão do TAE individual das empresas em relação à média é baixa. A empresa Banco do Brasil sustenta o indicador máximo de 21,086 no ano de 2014, e a empresa Coelce/Enel sustenta o indicador mínimo de 15,025 no ano de 2011.

Entre os resultados evidenciados pela variável NF, a qual apresenta o número de funcionários em *log*, a média foi de 9,136 e a mediana de 9,198, indicando que a maioria das empresas possui número de funcionários acima da média geral. O desvio-padrão foi de 1,462, apontando que a dispersão do NF individual das empresas em relação à média é baixa. O indicador máximo, com valor de 11,672 foi sustentado pela empresa BRF Brasil Foods no ano de 2011, e o indicador mínimo com valor de 5,746 foi sustentado pela empresa AES Tietê no ano de 2010.

A variável AL, que indica o endividamento financeiro total das empresas, obteve a média de 0,156 e mediana de 0,144, evidenciando que a maioria das empresas possui endividamento abaixo da média geral. O desvio-padrão foi de 0,117, mostrando que a dispersão da AL individual das empresas em relação à média é baixa. A empresa Oi sustenta o indicador máximo de 0,511 no ano de 2013, e a empresa AES Tietê sustenta o indicador mínimo de 0,005 no ano de 2011.

Finalizando, a variável MB (*Market to book*), atingiu a média de 1,594 e mediana de 1,399, indicando que a maioria das empresas possui *Market to book* abaixo da média geral. O desvio-padrão foi de 1,074, evidenciando que a dispersão do MB individual das empresas em relação à média é baixa. A empresa Weg sustenta o indicador máximo de 4,882 no ano de 2014, e a empresa Eletrobrás sustenta o indicador mínimo de 0,144 no ano de 2012.

Na generalidade, as proporções entre as médias e as medianas relacionadas aos desvios-padrão não foram elevados em nenhuma das variáveis. Entretanto, as estatísticas JB indicaram que as variáveis não apresentam distribuição normal em nenhum dos casos.

4.2 ANÁLISE DO MODELO DE REGRESSÃO PARA A HIPÓTESE 1

Após a realização dos testes que estão descritos na seção 3.5, o Modelo1/hipótese 1 demonstrou estar apto para a realização da regressão. Desta forma, estimou-se na Tabela 3 os resultados do primeiro modelo, de acordo com a verificação para a hipótese 1.

Tabela 3 - Análises Modelo 1/hipótese 1

$ROA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1(IND_SI)_{i,t} + \beta_2(TAE)_{i,t} + \beta_3(NF)_{i,t} + \beta_4(AL)_{i,t} + \beta_5(MB)_{i,t} + \beta_6(Setor)_{i,t} + \beta_7(Ano)_{i,t} + \alpha_i + erro_{i,t}$					
Classificação	Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	t-Estatístico	Probabilidade
Variável Indep.					
	IND_SI	-0.002818	0.001714	-1.643640	0.1040
de Variáveis Controle	TAE	-0.012835	0.007643	-1.679185	0.0969
	NF	-0.000627	0.010890	-0.057611	0.9542
	AL	-0.024275	0.066390	-0.365646	0.7156
	MB	0.020979	0.005661	3.705659	0.0004***
	C	0.289607	0.116331	2.489500	0.0148**
Parâmetros do Modelo	Variável Dependente	ROA			
	N	102			
	Efeito Setor	S			
	Efeito Ano	S			
	EF/EA	EA			
	Hausman Test	0.3201			
	Adjusted R-squared	0.277072			
	Durbin-Watson stat	1.542357			
Prob(F-statistic)	0.000203 ***				

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela apresenta os resultados da regressão. Na coluna são apresentados os *betas* (coeficientes); o erro padrão, o t-estatístico e as significâncias das variáveis a ***1%; **5% e *10%.

Nota-se que a variável independente IND_SI possui coeficiente (-0.002818) e relação negativa com a variável dependente ROA. Entretanto, os resultados do modelo de regressão estimado indicam que a variável IND_SI não apresenta significância estatística, ao atingir *P-Value* (0.1040). Com isso, não se pode provar que os gastos sociais internos representados por IND_SI afetam o desempenho (ROA) das empresas do ISE.

Em relação às variáveis de controle, três delas não apresentaram significância estatística (TAE, NF e AL), além de somente a variável MB apresentar coeficiente positivo (0.020979) e o *P-Value* (0.0004) significativo para o modelo. O resultado para a variável MB é esperado, uma vez que empresas com alto MB geralmente são de setores com alto intangível, e estas empresas, por sua vez, tem gastos de pessoal mais elevados, já que são altamente dependentes de capital intelectual.

Esse resultado opõe-se a análise de Vergini et al. (2015), que indica a existência de relação significativa entre os investimentos sociais internos e o Retorno Sobre os Ativos (ROA), e também se opõe aos resultados obtidos por Machado e Machado (2011), ao encontrarem significância estatística entre investimento social interno e desempenho financeiro.

Além disso, o resultado apresentado não apoia o pressuposto da teoria dos *stakeholders*, a qual indica que maiores gastos com funcionários, em geral, contribuem para a geração de maiores retornos para as empresas. Ademais, os resultados obtidos não corroboram com a filosofia da Responsabilidade Social Corporativa, a qual considera a realização de investimentos sociais uma estratégia para gerar maior rentabilidade no cenário empresarial globalizado.

Contudo, a contribuição teórica desta pesquisa demonstra que, para a amostra desse estudo aplicam-se os pressupostos da teoria dos *stockholders* que conforme Friedman (1962), a empresa deve servir primordialmente aos interesses da maximização do lucro para os acionistas de capital, restringindo-se à atividade empresarial. Os objetivos dos *stakeholders* é um subproduto que deve ser atendido no mínimo grau possível, de acordo com os parâmetros da legislação (KALER, 2003).

Diante do resultado evidenciado pela variável IND_SI, que é composta pela soma de todos os gastos sociais internos, verifica-se que não há provas de que os investimentos em maiores salários e benefícios destinados aos funcionários e administradores sejam capazes de gerar retornos sobre os ativos investidos para essa finalidade. Com isso, em aspectos práticos, esse estudo fornece informações relevantes aos gestores em relação à destinação de recursos empresariais para os colaboradores.

4.3 ANÁLISE DO MODELO DE REGRESSÃO PARA AS HIPÓTESES 2 E 3

Na Tabela 4, averiguaram-se os resultados do segundo modelo de regressão para a verificação das hipóteses 2 e 3 da pesquisa, os quais estão demonstrados a seguir conforme sua classificação no Modelo.

Tabela 4 - Análises Modelo 2/hipóteses 2 e 3

$ROA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1(IND_DIR)_{i,t} + \beta_2(IND_IND)_{i,t} + \beta_3(TAE)_{i,t} + \beta_4(NF)_{i,t} + \beta_5(AL)_{i,t} + \beta_6(MB)_{i,t} + \beta_7(Setor)_{i,t} + \beta_8(Ano)_{i,t} + \epsilon_{i,t}$					
Classificação	Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	t-Estatístico	Probabilidade
Variáveis Indep.	IND_DIR	-0.003332	0.002179	-1.529502	0.1302
	IND_IND	0.001163	0.002498	0.465372	0.6430
Variáveis Controle	TAE	-0.013413	0.009877	-1.358060	0.1784
	NF	-9.99E-06	0.009662	-0.001034	0.9992
	AL	-0.026445	0.051676	-0.511740	0.6103
	MB	0.021869	0.005471	3.997658	0.0001***
	C	0.277830	0.138760	2.002229	0.0487*
Parâmetros do Modelo	Variável Dependente	ROA			
	N	98			
	Efeto Setor	S			
	Efeito Ano	S			
	EF/EA	EA			
	Hausman Test	0.2667			
	Adjusted R-squared	0.251626			
	Durbin-Watson stat	1.570925			
Prob(F-statistic)	0.001052 *				

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela apresenta os resultados da regressão. Na coluna são apresentados os *betas* (coeficientes); o erro padrão, o t-estatístico e as significâncias das variáveis a ***1%; **5% e *10%.

Observando-se a Tabela 4, percebe-se que a variável independente IND_DIR possui coeficiente (-0.003332) e relação negativa com a variável dependente ROA, mas os resultados do modelo de regressão estimado indicam que a variável IND_DIR não apresenta significância estatística, ao atingir *P-Value* (0.1302).

Em relação aos resultados obtidos pela variável independente IND_IND, esta apresentou coeficiente (0.001163) e relação positiva com a variável dependente ROA, entretanto, os resultados do modelo de regressão estimado indicam que a variável IND_IND não apresenta significância estatística, ao atingir *P-Value* (0.6430).

No que concerne às variáveis de controle, três delas não apresentaram significância estatística (TAE, NF e AL), e somente a variável MB foi significativa para o modelo, ao apresentar coeficiente positivo (0.021869) e *P-Value* (0.0001), indicando significância estatística, resultado esperado, conforme explicitado anteriormente.

Diante dos resultados obtidos para a variável IND_DIR, que é composta pela remuneração bruta, segregada por empregados e administradores, mais a participação nos lucros, constata-se que não há evidências que os gastos sociais diretos afetam o desempenho (ROA) das empresas do ISE.

Com relação os resultados apresentados pela variável IND_IND, que é composta pelos gastos com alimentação, gastos com transporte, gastos com previdência privada, gastos com saúde, gastos com segurança e medicina do trabalho, gastos com educação (excluídos os com educação ambiental), gastos com cultura, gastos com capacitação e desenvolvimento profissional e gastos com auxílio creche, estes também evidenciaram não haver provas de que os gastos sociais indiretos gerem algum efeito sobre o desempenho (ROA) das empresas do ISE.

Em virtude dos resultados demonstrados para as duas variáveis, conclui-se que, tanto os

gastos sociais diretos como os indiretos, não apresentaram comprovações de que estes investimentos em maiores salários e benefícios destinados aos funcionários e administradores venham a gerar retorno sobre o ativo investido (ROA). Além de os resultados não corroborarem com o pressuposto da Teoria dos *stakeholders*, de que um maior investimento em colaboradores, direta ou indiretamente, constituam uma estratégia para aumentar os lucros das empresas.

Deste modo, a contribuição teórica desta pesquisa demonstra que, para a amostra desse estudo, aplicam-se os pressupostos da teoria dos *stockholders*, tanto para os gastos sociais diretos e indiretos. Os tipos de gastos não influenciaram na mudança dos resultados em relação aos gastos totais representados pela variável IND_SI.

Diante do resultado evidenciado pelas variáveis IND_DIR e IND_IND, em aspectos práticos, esse estudo demonstra ao gestor que a destinação de recursos direta ou indireta, acima dos parâmetros legais, aos colaboradores, não afeta o desempenho da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como fundamento os pressupostos da teoria dos *stockholders*, da teoria dos *stakeholders* e da Responsabilidade Social Corporativa, onde buscou-se verificar a influência dos gastos sociais internos com funcionários e administradores, evidenciados conforme a NBC T 15, e o desempenho das empresas. Adicionalmente, buscou-se analisar a relação dos gastos sociais segregados em diretos e indiretos, e os seus efeitos no desempenho das empresas, buscando detalhar qual dos gastos possui maior relevância para essa relação, constituindo as hipóteses 2 e 3 da pesquisa.

Metodologicamente, utilizou-se regressão por mínimos quadrados ordinários, com dados em painel com efeitos aleatórios, controlando-se os efeitos ano e setor. A amostra é formada por 22 empresas e 102 observações.

Em relação aos resultados obtidos, para a hipótese 1, a variável independente IND_SI, que representa o total dos gastos sociais internos, ao atingir *P-Value* (0.1040), evidenciou não haver significância estatística dos gastos sociais internos em relação ao desempenho (ROA) das empresas.

No tocante aos resultados atingidos para a hipótese 2, a variável independente IND_DIR, que representa o total dos gastos sociais diretos, ao alcançar *P-Value* (0.1302), demonstra não haver significância estatística dos gastos sociais diretos em relação ao desempenho (ROA) das empresas.

Quanto aos resultados alcançados para a hipótese 3, a variável independente IND_IND que representa o total dos gastos sociais indiretos, ao obter *P-Value* (0.6430), indica não haver significância estatística dos gastos sociais indiretos em relação ao desempenho (ROA) das empresas.

Conclui-se, portanto, por meio dos resultados obtidos, para a hipótese 1 e hipóteses 2 e 3, que não se pode comprovar estatisticamente, a relação dos gastos sociais internos com o desempenho das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), o que diverge do pressuposto oriundo da teoria dos *stakeholders* e da filosofia da Responsabilidade Social Corporativa, que pagar mais ou proporcionar maiores benefícios aos funcionários venha a ocasionar, a geração de maiores retornos para as empresas que adotam a gestão socialmente responsável em seus negócios.

Além disso, os resultados obtidos para o problema central desse estudo estão em convergência com os pressupostos da teoria do *stockholders*, no qual a premissa central é a maximização do valor da empresa para o acionista. A questão do pagamento de benefícios aos colaboradores acima dos parâmetros legais não são aconselháveis à gestão, pois não

influenciam o desempenho das empresas. Assim sendo, os resultados desse trabalho contribuem para a área de contabilidade e gestão das empresas nas decisões e na estratégia adequada para alocação de recursos, seja de forma direta ou indireta para seus colaboradores.

Para trabalhos futuros, sugere-se a inclusão de variáveis diferentes e a comparação com outros indicadores contábeis, como o ROI e ROE. Além disso, pode-se investigar se os gastos sociais externos, evidenciados conforme a Norma NBC T 15, afetam o desempenho das empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3.

REFERÊNCIAS

BAUM, C. F. **An introduction to modern econometrics using stata**. Stata Press. 2006.

BEUREN, I. M.; BOFF, M. L.; HORN, J. E.; HORN, M. A. Adequação da evidenciação social das empresas de capital aberto no relatório da administração e notas explicativas às recomendações da NBC T 15. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações, FEA-RP/USP**, v.4, n.8, p.48-68, jan./abr. 2010.

BERNARDO, D. C.; CALEGÁRIO, C. L.; PESSANHA, G.; PINTO, L. Responsabilidade social empresarial: uma análise dos Balanços Sociais das Sociedades Anônimas de Capital Aberto. In: Anais do EnAnpad, 29, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005.

BERTONCELLO, S. L. T.; CHANG JÚNIOR, J. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. **Revista da Faculdade de Comunicação FAAP (FACOM)**, n. 17, p. 70-76, 2007.

BRASIL. Bolsa e Balcão. B3. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.b3.com.br>>. Acesso em: 25 set. 2016.

CARVALHO, F. de M.; SIQUEIRA, J. R. M. de. Análise da utilização dos indicadores essenciais da global reporting initiative nos relatórios sociais e empresas latino-americanas. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v.9, n.38, 2007.

CESAR, J. F.; SILVA JÚNIOR, A. A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006. In: Congresso Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2, 2008, Salvador. **Anais ...** Salvador: ANPCONT, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - (CFC). Resolução **RE n° 1003**, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP, n. 43, p. 20-33, Jan./Abr. 2007.

CLARKSON, M. E. A Stakeholder Framework For Analyzing and Evaluating Corporate Social Performance. **Academy of Management Review**, v. 20, n.1, p. 92-117, 1995.

DIAS, C.P.; LIMA FILHO, R.N.; SILVA, T.; PINHEIRO, F. Evidenciação de Informações Socioambientais, Teoria da legitimidade e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. In: Anais do Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 5, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2014.

FONTANA, F. B. **Fatores explicativos do nível de evidenciação voluntária de informações sobre recursos intangíveis das empresas listadas na BM&FBOVESPA**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

FREEMAN, R. E. **Strategic Management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FREEMAN, R. E. **Strategic Management: a stakeholder approach**. New York. Cambridge University Press, 2010

FREEMAN, R. E.; EVAN, W. M. Corporate Governance: a stakeholder interpretation. **Tiie Journal of Behavioral Economia**, v.19, n.4, p. 337-359, 1990.

FREEMAN, R. E.; McVEA, J. A stakeholder approach to strategic management. In: Hitt, M.; Freeman, E.; Harrison, J. **Handbook of strategic management**. Oxford: Blackwell Publishing, p.189-207, 2000.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and freedom**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KALER, J. Differentiating stakeholder theories. **Journal of Business Ethics**, v. 46, n.1, p. 71-83, 2003.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho. **BBR-Brazilian Business Review**, v.8, n.2, p. 96-118, 2011.

LAAN, G. V. D.; EES, H. V.; WITTELOOSTUIJN, A. V. Corporate social and financial performance: an extended stakeholder theory, and empirical test with accounting measures. **Journal of Business Ethics**, n.79, p. 299-310, 2008.

LIMA, A. de A. P.; MELLO, L. C. de O.; PESSOA, M. N. M.; CABRAL, A. C. A.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; SANTOS, S. M. dos S. Investimentos socioambientais e o desempenho econômico-financeiro das empresas: estudo empírico nas companhias abertas listadas na BM&FBovespa no Setor de Energia Elétrica. In: Congresso Brasileiro de Custos, 20, 2013, Uberlândia. **Anais ... Uberlândia: CBC**, 2013.

LÓPEZ, M. V.; GARCIA, A.; RODRIGUEZ, L. Sustainable Development and Corporate Performance: a study based on the Dow Jones sustainability index. **Journal of Business Ethics**, Springer, 2007.

MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Responsabilidade social impacta o desempenho financeiro das empresas? **ASAA - Advances in Scientific and Applied Accounting**, vol. 4, n. 1, 2011.

ORELLANO, V. I. F.; QUIOTA, S. Análise do Retorno dos Investimentos Socioambientais das Empresas Brasileiras. **RAE**, v.51, n.5, set./out. 2011.

PHILLIPS, R.; FREEMAN, R. E.; WICKS, A. C. What stakeholder theory is not. **Business Ethics Quarterly**, v.13, n.4, p. 479-502, 2003.

SILVA NETO, E. R. da. **A Relação entre o Nível de Evidenciação Socioambiental e os Fatores de Sustentabilidade de Empresas do Setor Elétrico Brasileiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SILVEIRA, E. D.; BORGERT, A.; ALBERTON, L.; SOARES, S.V. Uma análise da evidenciação da responsabilidade social da CONAB sob a perspectiva da NBC T 15. **Revista Capital Científico** – Guarapuava – PR, v.9, n.1, jan./ jun. 2011.

SIMPSON, W. G.; KOHERS, T. The link between corporate social and financial performance: evidence from the banking industry. **Journal of Business Ethics**, v.35, n. 2, p. 97-109, 2002.

SCHOMMER, P. C. **Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Salvador/ Bahia, 2000. Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA).

SCHOMMER, P. C.; ROCHA, A. G. P.; FISCHER, T. Cidadania empresarial no Brasil: três organizações baianas entre o mercado e o terceiro setor. Anais do Enanpad, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

SMITH, H. J. The Shareholders vs. Stakeholders debate. *Sloan Management Review*, Cambridge, v.44, n.4, p. 85-106, 2003.

TAIAROL, S. M.; RAIMUNDINI, S. L.; BEHR, A. Indicadores sociais internos e a geração de valor adicionado: uma análise da relação do balanço social e da demonstração do valor adicionado em bancos brasileiros. **Reunir-Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v.1, n.2, p. 82-100, 2011.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

VERGINI, D. P.; TURRA, S.; JACOMOSSI, F. A.; HEIN, N. Impacto da responsabilidade social no desempenho econômico financeiro das empresas brasileiras componentes do dow jones sustainability index. REGET/UFMS - **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v.19, n.12, p. 879-898, maio./ago. 2015.